



Sindicato dos
Fisioterapeutas
Portugueses



22 JUNHO - GREVE NACIONAL

CONCENTRAÇÃO NA AR ÀS 16H30M

VIGÍLIA E ENTREGA DE MANIFESTO AO PRIMEIRO-MINISTRO

GREVE, ÀS HORAS PARA ALÉM DO PERÍODO NORMAL DE TRABALHO, A PARTIR DE 1/7 E POR TEMPO INDETERMINADO

Caros (as) Colegas

Continuamos sem respostas do Governo às nossas reivindicações. Neste contexto, é fundamental a **mobilização geral de todos os TSDT's nas iniciativas já anunciadas**, como as greves e a vigília pública com entrega do manifesto ao Primeiro-Ministro.

O Governo ainda não respondeu ao nosso pedido de negociação suplementar. A nossa luta mantém-se para exigir a reabertura do processo negocial, para negociar as matérias fundamentais, em que não houve acordo.

Este é um momento que justifica e exige a unidade de todos os TSDT's nesta reivindicação. Estamos a defender os nossos direitos e a construção de **uma Carreira com futuro**, que não esqueça o passado ao pretender fazer um apagão sobre os anos de serviço na transição para a nova Carreira.

Colegas, por tudo isto, **a recolha de assinaturas para o manifesto, que vai ser entregue ao Primeiro-Ministro, deve ser intensificada nestas últimas horas** que nos restam, para efectuarmos a entrega do maior número possível de assinaturas no dia 22 de Junho.

Vamos, transformar este manifesto num grande apelo ao Primeiro-Ministro, como responsável máximo deste Governo, e como último responsável pela governação.

Devemos continuar com um grande nível de adesão às greves planeadas e comparecer o maior número possível de TSDT's na vigília em frente à residência oficial do Primeiro-Ministro. Os Dirigentes, Delegados e Activistas Sindicais, assim como todos os colegas que queiram marcar presença deverão concentrar-se, pelas 16h30m na Assembleia da República, seguindo em marcha até ao Terreiro do Paço, onde ficaremos em vigília e entregaremos o manifesto.

Greve ao trabalho para além do período normal de trabalho (PNT)

Os Sindicatos decretaram greve às horas de trabalho para além do PNT, **a partir do dia 1 de julho de 2018 e por tempo indeterminado**, ou seja, **decretaram greve ao trabalho que vai para além do período de trabalho semanal de 35 ou 40 horas**, consoante a obrigação contratual de cada TSDT. **Na prática, só temos de garantir o nosso PNT semanal**, não sendo obrigados a efectuar horas de trabalho para além desse limite, seja em trabalho extraordinário/suplementar ou banco/bolsa de horas.

No trabalho por turnos, os Colegas, devem exigir que seja identificada na escala de serviço mensal os turnos previstos para além do PNT, bem como o descanso semanal obrigatório (DS) e o descanso semanal complementar (DC).

Relativamente aos serviços mínimos, os Sindicatos, na sua proposta, mantiveram aqueles que sempre foram salvaguardados, nos avisos prévios de outras greves. Esta atitude visa garantir a prestação de cuidados de saúde nos serviços de urgência e de apoio à mesma. É entendimento destas estruturas sindicais que não há necessidade de serviços mínimos mais abrangentes, pois, continuaremos a trabalhar dentro do PNT, onde ficarão salvaguardados os serviços mínimos.

Colegas, contamos com todos na defesa da nossa Carreira e do normal e regular desenvolvimento da Carreira no futuro, **exigindo a reabertura das negociações para serem negociadas as matérias não acordadas.**

Por isso continuamos a defender:

- **Tabela Salarial com paridade com outras de igual exigência habilitacional e profissional, que assegure uma efetiva valorização salarial;**
- **Regras de transição e posicionamento dos trabalhadores em CTFP e em CIT, respetivamente na nova tabela salarial;**
- **Relevância da contagem de tempo de serviço, anterior ao processo de transição, para a carreira especial de TSDT's, para efeitos de progressão e promoção na nova carreira;**
- **Remunerações dos TSDT's Directores e Coordenadores;**
- **Definição dos princípios do sistema de avaliação de desempenho a aplicar aos TSDT's;**
- **Relevância da avaliação do desempenho anterior ao processo de transição para a carreira especial de TSDT's, para efeitos de alteração da posição remuneratória na nova carreira;**

Exigimos ser tratados como TODOS os Técnicos Superiores da Administração Pública, nomeadamente do Sector da Saúde. Queremos equidade relativamente a outras Carreiras com igual exigência de grau habilitacional e profissional.

EXIGIMOS A EQUIDADE QUE NOS É NEGADA HÁ 19 ANOS

EXIGIMOS A RETOMA DAS NEGOCIAÇÕES

NÃO NOS VAMOS CALAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

AS DIREÇÕES SINDICAIS